



EDITORIAL

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: BALANÇO DOS 15 ANOS.

Wagner Vinhas¹

É com satisfação que entregamos o dossiê "Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: balanço dos 15 anos" da revista Artífices. Em 29 de dezembro de 2008, foi criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), vinculada ao Ministério da Educação, através da Lei nº 11.892.

Com a lei também foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) com um projeto pedagógico único e voltado: 1) ao desenvolvimento de competências científicas, culturais, éticas, sociais, técnicas; à integração entre ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável²; 2) à oferta de cursos que vão desde o ensino médio integrado até a pós-graduação; 3) à oferta de 50% de vagas para cursos técnicos integrados ao ensino médio e 20% para as licenciaturas para a formação de professores da educação básica, asseguradas na lei; 4) à atuação em rede com trocas de conhecimentos e recursos; 5) à política de interiorização da educação, da ciência, da extensão, da pesquisa, da tecnologia; 6) estrutura educacional multicampi, multidisciplinar, multicurricular.

Para compreender o processo de criação dos Institutos Federais é preciso olhar a história das transformações da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país. Esta trajetória foi iniciada, no século XIX, com a criação das Casas de Educandos Artífices: Pará [1840], Maranhão [1842], São Paulo [1844], Piauí [1849], Alagoas [1854], Ceará

¹ Professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e editor chefe da Revista Acadêmica em Humanidades, Artífices.

² Essa integração permite que desde o ensino médio os estudantes possam desenvolver as capacidades de observar, analisar e concluir com base científica e filosófica.



[1856], Sergipe [1856], Amazonas [1858], Rio Grande do Norte [1859] e Paraíba [1865]. Elas foram seguidas pelos Liceus de Artes e Ofícios no Rio de Janeiro [1858], Salvador [1872], Recife [1880], São Paulo [1882], Maceió [1884] e Ouro Preto [1886]. Em 1909, surgiram as Escolas de Aprendizes Artífices subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1937, as Escolas de Aprendizes Artífices passaram a ser os Liceus Industriais, criados pela Lei nº 378, em 13 de janeiro.

Em 1942, os Liceus Industriais são transformados em Escolas Industriais e Técnicas. Na década de 1940, surgem as Escolas Agrotécnicas Federais e os Colégios Agrícolas Federais, ambos com o ensino para o campo e com os cursos voltados à agricultura. Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas dão lugar às Escolas Técnicas Federais, transformadas em autarquias, ganham autonomia nas questões pedagógicas e administrativas.

Em 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, são convertidas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), seguidas, posteriormente, por outras unidades. No ano de 1987, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), proposta do governo do presidente José Sarney, expandiu a rede de escolas técnicas em mais 50 unidades. Em 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso lançou o PROPEP, Programa de Expansão da Educação Profissional, com a cooperação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Na história recente, a criação dos Institutos Federais está relacionada com a transformação das Escolas Técnicas Federais (ETFs) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), em 1978³. Em 2004, com a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional e Tecnológica, composta por intelectuais, parlamentares e servidores, cuja missão era advogar pela valorização da EPT no Brasil, um outro marco

³ Permitiu que, além da formação técnica, as recém-criadas instituições formassem engenheiros e tecnólogos. A mudança permitiu que cursos do ensino superior fossem criados e fossem, desde então, largamente ofertados pelos IFs. As primeiras foram as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, em 1978.



importante foi a promulgação da Lei nº 11.195/2005, alterando o artigo da Lei nº 8.948/1994⁴, que, na prática, assegurava os recursos para o plano do governo federal de expandir a Rede Federal e ampliar a oferta da formação profissional para jovens e adultos. Em 2006, houve a expansão da Rede Federal, com a organização e distribuição das unidades no território nacional.

Em 2007, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, junto com o secretário da Educação Profissional, professor Eliezer Pacheco, e o diretor da Rede Federal, professor Getúlio Marques Ferreira, apresentaram e discutiram a criação dos Institutos Federais com os diretores da Rede de Educação Profissional e Tecnológica. Naquele ano, foram consolidadas as bases de sustentação da proposta chamada pelo Ministro da Educação de “nova institucionalidade” da Educação Profissional e Tecnológica.

A “nova institucionalidade” propunha integrar as ofertas de Educação Profissional e Tecnológica, em todo o território nacional, em uma única institucionalidade. Isto significava incorporar diferentes práticas e modelos pedagógicos e administrativos⁵. A proposta discutida com a Rede de Educação Profissional e Tecnológica incluía: 1) os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs) no Sistema Federal de Educação Superior, com equivalência à universidade e a legislação relativa a esse nível de ensino; 2) uma política ministerial de recursos humanos e financeiros aos IFs equivalente às demais instituições da Rede Federal; 3) a adoção de um Plano de Cargos e Carreira de Professores da Educação Tecnológica com direitos consignados em lei aos quadros do ensino do 1º e 2º graus e do ensino superior; 4) a escolha do dirigente dos IFs por eleição direta; 5) as prerrogativas de manter as conquistas da rede em relação à coexistência do ensino técnico, superior (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão; 6) a criação do Fundo de Financiamento e

⁴ A lei foi promulgada no governo de Fernando Henrique Cardoso.

⁵ A proposta englobava as escolas técnicas e agrotécnicas federais, as escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II.



Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica e a sua inserção como Política de Estado⁶.

Ainda em 2007, uma equipe vinculada ao Ministério da Educação realizou reuniões para discutir e aprimorar a proposta de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A proposta foi submetida ao Congresso e passou pela avaliação de mais de 500 deputados e 81 senadores⁷. Finalmente, em 28 de dezembro de 2008, a lei foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, em 29 de dezembro, publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Ao longo destes 15 anos, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia conseguiram avançar na integração dos diferentes níveis de formação profissional e tecnológica em torno de um projeto pedagógico único, construir um papel relevante no desenvolvimento local, resguardar a qualidade dos serviços ofertados e ampliar a capilaridade por todo o território nacional. O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), entidade formada pelas 41 instituições da Rede - 38 IFs, 2 CEFETs e o Colégio Pedro II, representadas pelos dirigentes máximos de cada uma delas, busca, através de câmaras e fóruns, debater as demandas destas instituições, visando garantir a qualidade dos serviços ofertados.

Contudo, uma rede com mais de 670 campus contém desafios a serem considerados. Destaca-se, por exemplo: 1) formar quadros de professores para atuarem no Projeto Político-Pedagógico dos IFs⁸; 2) desenvolver pesquisa e extensão aplicadas

⁶ Ver “Institutos Federais dos Brasileiros: A história contada por quem fez”, organização Jesué Graciliano da Silva. – 1.ed. – São Paulo: Artliber Editora, 2023.

⁷ Existia, por outro lado, um movimento de transformar os CEFET’s em Universidades Tecnológicas, chegou a ser aprovada em alguns Conselhos Diretores e com o gradual fechamento dos cursos técnicos. Esse foi o caso da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

⁸ Havia o temor, em relação ao que ficou conhecido como “apagão da docência”, apontados pelos indicadores sobre a escassez de professores nas diversas áreas, o que levou, por sua vez, o governo federal criar o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2006, para formar professores através da modalidade de Educação à Distância.



aos interesses locais; 3) consolidar as concepções político-pedagógicas dos IFs; 4) continuar adequando a infraestrutura para ofertar de forma integral o ensino voltado à inserção no mundo do trabalho; 5) a necessidade de um financiamento próprio para garantir a Educação Profissional e Tecnológica pública e de qualidade no país.

É possível acrescentar ainda: 1) a elaboração de uma política de formação de quadros para atuarem na gestão; 2) a criação do Observatório do Mundo Trabalho, capaz de acompanhar as mudanças e as tendências de um mundo em constante transformação; 3) o desenvolvimento do Observatório Estudantil, com o objetivo de estudar e traçar o perfil dos estudantes que compõem as diferentes realidades da Rede.

O dossiê "Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: balanço dos 15 anos" traz reflexões sobre questões sensíveis aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: 1) a continuidade da política educacional; 2) a ampliação da oferta dos serviços promovida pelos IFs em todo o território nacional; 3) a (re)qualificação da Rede para gerir os pilares – ensino, extensão, gestão, pesquisa; 4) a experiência dos IFs como única e, por isso, objeto de atenção das instituições de educação pelo mundo.

Com a intenção de contemplar os diversos olhares sobre as mesmas realidades, é que acolhemos, neste volume, artigos abordando realidades específicas, permitindo, dessa maneira, formar um quadro mais heterogêneo dos avanços e dos desafios da Rede. No conjunto das exposições, temos reflexões que passam pelas regulamentações institucionais e pelas políticas assistenciais e culturais, bem como pelas práticas educacionais.

Iniciamos com o artigo, “A lógica da perene (contra) reforma: dinâmica institucional histórica na regulação da educação profissional federal no tempo presente (1993-2018)”, do Ms. Leonardo Augusto, TAE do IFBA, e do Dr. Genauto Carvalho, professor do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia (NPGA/UFBA), investigando a lógica institucional de funcionamento da educação



profissional federal brasileira, no período entre 1993 a 2018, com base no repertório legal da educação profissional dos IFs.

Em seguida temos o artigo “A evolução dos Institutos Federais como espaços de promoção para a diversidade e inclusão”, da professora Italaney Oliveira, do IF Baiano, no qual trata da contribuição dos IFs no desenvolvimento local, na integração do currículo, na política de diversidade e de inclusão na educação profissional.

A doutoranda e produtora cultural do Instituto Federal da Bahia (IFBA) Hortência Nepomuceno analisa as interações entre os Institutos Federais e as políticas culturais brasileiras, com base nas diretrizes do Ministério da Cultura (MinC) entre os anos de 2003 e 2016. O artigo “Institutos Federais e Políticas Culturais: uma análise da convergência e desafios no contexto brasileiro” busca investigar a institucionalização da cultura e a valorização das práticas culturais em ambientes acadêmicos federais.

A mestranda Aline Conceição Santos Barros e o professor Dr. José Franco de Azevedo, ambos do Instituto Federal de Sergipe (IFS), no artigo “Instituto Federal de Sergipe e Assistência Estudantil: entender para acessar direitos” abordam a Política de Assistência Estudantil (PAE) e o Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do Instituto Federal de Sergipe (PRAAE/IFS) com base na ideia da garantia do direito legal aos discentes regularmente matriculados no IFS, seja através de ações universais ou específicas.

O Ms. Jailson Ferreira, em seu artigo “Moodle e E-learning no contexto do IFBA”, procura investigar como a Educação à Distância contribuiu para uma melhoria na comunicação entre professores e alunos, bem como busca responder de que forma o *E-learning* se configura como estratégia para garantir a disponibilidade e a acessibilidade dos programas educacionais.

No planejamento do volume, conversamos com o professor Carlos D’Alexandria Bruni, egresso do Instituto Federal da Bahia (IFBA), atualmente docente de Eletrotécnica do campus Salvador e ex Pró-reitor de Extensão. O professor Carlos Bruni gentilmente



nos recebeu em seu departamento e conversou com membros da comissão editorial sobre o processo de criação do IFBA. A entrevista foi crucial para elaborarmos a proposta do dossiê e organizarmos o formato das contribuições a serem entregues aos leitores da Revista.

Carlos Bruni participou da criação do Instituto Federal da Bahia e nos contou como foi o seu envolvimento no processo: “Em dezembro de 1994, o deputado federal pelo Rio Grande do Norte e ex diretor da Escola Técnica do Rio Grande do Norte, João Faustino, participou da negociação em torno da mudança para o IFBA e, nós, do SINASEFE, eu Carlos Bruni e o professor Rinaldo Almeida de Cuiabá, que éramos os coordenadores de plantão, também participamos do processo”.

Perguntado sobre as motivações para a criação dos IFs, Carlos Bruni afirmou que: “Desde o governo José Sarney, eram 200 escolas. Inicialmente, a proposta era fazer mais 200 escolas. O governo Lula fez 400 escolas. Fez 400 e tantas escolas a mais do que já tinha. Então, para atender o projeto de governo, essa transformação, dando essa autonomia pra rede seria melhor e ele confiava na rede. Ele deu carta branca pra gente”.

Indagado sobre a sua avaliação destes 15 anos do IFBA, Carlos Bruni prontamente responde: “É positiva. A gente tem trabalhos, uma rede de trabalhos maravilhosos, que dão 10 a 0 (...) relações internacionais, não só da Rede, do Instituto, que já eram bons em Escola Técnica, que já eram bons no CEFET, são bons com o Instituto (...). Então, o trabalho, a gente sempre cobra mais, é uma inquietação nossa, do ser humano, sempre quer o melhor, mas não tenho assim, de protesto, eu não tenho. As instituições todas a gente vai ampliando (...)”.

Na elaboração do volume comemorativo dos 15 anos dos IFs, houve, inicialmente, a preocupação em tornar a publicação mais acessível a um número maior de leitores e, por isso, foi feita a opção de ampliar o espaço para as entrevistas com a intenção de atingir um público não familiarizado com a escrita acadêmica.



Foi com esse intuito que convidamos pesquisadores e gestores a contribuírem com o Dossiê dos 15 anos dos IFs e refletirem, entre outras questões sobre: 1) o cenário político-social da criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; 2) as marcas identitárias dos IFs nestes 15 anos; 3) a caracterização do público atendido pelos Institutos Federais; 4) os desafios e as oportunidades dos IFs para os próximos anos.

Portanto, neste volume contamos com a entrevista do professor Dr. Tiago Fávero de Oliveira do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), explorando as motivações que levaram à formação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pelo governo federal, em 2008. A entrevista transcorre com riqueza de dados sobre a Rede, bem como sobre o processo de criação dos IFs e em sintonia com a visão do entrevistado sobre a Educação Profissional no Brasil.

Em seguida, temos a entrevista da professora Dra. Hellen Vivian Moreira dos Anjos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Norte de Minas Gerais (IFNMG), trazendo mais informações sobre a Rede e com um olhar crítico sobre os desafios colocados para que a população possa acessar aos IFs, bem como a permanência e êxito, principalmente, dos que mais precisam das oportunidades para alcançar a mobilidade social.

Na sequência, temos a entrevista da professora Dra. Vânia do Carmo Nóbile, que atua na Diretoria da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, IFRN. Na entrevista, ela chama à atenção para a necessidade de reconstruir a Educação Profissional por meio da reconstituição do orçamento, mas também através de políticas públicas para quem mais precisa, principalmente, voltadas à articulação entre a EJA e a EPT.

Por fim, a entrevista da atual reitora do IFBA, a professora, Luzia Matos Mota, avaliando a experiência dos IFs como referência de educação verticalizada no país. A



magnífica reitora avalia o modelo dos IFs - multicampi, pluricurricular e integrado ao local – como uma das maiores conquistas advindas da experiência da Rede, alcançando, por sua vez, o lugar de referência de educação pública e de qualidade.

Com este volume, a Revista abre um importante espaço para refletir sobre: 1) a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT); 2) os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs); 3) e, de uma forma mais ampla, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil.

A revista Artífices alcançou, em 2022, a classificação B4, no Qualis, em sua primeira avaliação pela Capes, no triênio 2017-2020. Em sua curta trajetória, a Revista tem trilhado um caminho com vistas a fortalecer o periódico como um importante instrumento de publicações em Humanidades, cujas investigações articulem as temáticas da educação, do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura. O periódico interdisciplinar acolhe, em seus volumes, os resultados de pesquisas e de estudos que tanto podem se apresentar como trabalhos em andamento ou resultados consolidados. A Revista Artífices é uma iniciativa do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Humanidades (NEPEH-IFBA).

A publicação deste volume foi possível com a colaboração de muitas pessoas, na qual destaco os membros da comissão editorial e seus departamentos de lotação no IFBA - Campus Salvador: as professoras Adriana Oliveira (DHIST), Ana Livia Braga (DAFIL), Ana Paula Carvalho (DHIST), Catiane Rocha (DALV), Maria Lucileide (DAFIL), Miriã Alves Ramos (DSPP), bem como o professor Alberto Álvaro Vasconcelos (DSPP). Um importante suporte tem sido dado pelos revisores, colaboradores externos: Everton Felipe Tenório da Silva Santos e Deise Damile Nascimento da Natividade. É importante também destacar a contribuição dos autores dos artigos e das entrevistas, bem como os pareceristas que atuaram neste volume. Boa leitura!